

Parecer nº 77/98

Data: 1998.07.08

Processo nº 375

Requerente: Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa.

I - O pedido

1. A mãe de um aluno requereu à Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa informação sobre o aproveitamento escolar de um seu filho. Para o efeito alega que, estando a financiar o curso, lhe parece justo que tenha a referida informação.

Tendo dúvidas sobre tal matéria, a Faculdade solicita à CADA parecer sobre se a informação curricular de um aluno, arquivada nos seus processos individuais, pode ou não ser disponível aos pais.

II - Apreciação

1. Um primeiro nível de apreciação diz respeito à natureza da informação a que se pretende aceder.

Face ao disposto na Lei nº 65/93, de 26 de Agosto (vide alíneas b) e c) do nº 1 do artigo 4º) a informação sobre aproveitamento escolar traduz-se em apreciação e juízos de valor, directamente sobre os conhecimentos adquiridos e, indirectamente, sobre a pessoa que os adquiriu. Contudo, muitas dessas informações, são objecto de publicitação e, por isso, relativamente a estas, deixaram de existir as razões que fundamentariam uma especial protecção.

Assim, as informações sobre aproveitamento escolar que, por força de outras disposições legais e regulamentares, são publicitadas, devem continuar a ser passíveis de acesso irrestrito.

Novas exigências devem apôr-se ao acesso a informação não anteriormente publicitada que porventura exista, em documentos detidos pelas escolas.

2. Quanto a esta, é necessário entrar-se num segundo nível de apreciação.

O seu pressuposto básico é a de que as informações sobre o aproveitamento escolar dos alunos são informação de natureza nominativa, à qual só podem aceder o próprio ou terceiros, que demonstrem ter um interesse pessoal e directo.

Tratando-se de informação curricular de um aluno, arquivada no seu processo individual, para ponderação sobre interesse pessoal de terceiro (neste caso, os pais) importa desde logo distinguir se o aluno é menor ou com dezoito ou mais anos de idade.

3. Se o aluno é menor, e sendo os pais titulares do poder paternal, importa sublinhar que se sobre estes impendem especiais deveres na educação dos filhos, lhes assistem igualmente poderes intimamente relacionados com tais deveres. Assim, ao dever que sobre eles recai de assegurar uma adequada educação escolar, conforme às próprias expectativas do filho e às suas possibilidades materiais, também a eles lhes deve ser reconhecido interesse pessoal e directo em aceder à informação sobre como tal educação escolar está a ser obtida.
4. Se o aluno já atingiu a maioridade civil, a relação entre pais e filho, e a problemática do aproveitamento escolar deste, apesar do disposto no artigo 1880º do Código Civil, subordina-se a uma lógica inteiramente diferente, sujeito a uma disciplina jurídica integralmente nova e de inspiração contratual, em que duas partes, no integral gozo e capacidade de exercício de direitos, estabelecem de comum acordo direitos e obrigações.

Neste caso, a simples invocação da qualidade paternal não é suficiente para o reconhecimento de interesse pessoal e directo, para aceder a informação não anteriormente publicitada sobre aproveitamento escolar de filho estudante.

5. Não se ignora que, no caso em apreciação, a mãe refere, para além da sua qualidade maternal, que está a financiar o curso do filho.
6. Considera-se contudo que tal invocação não é suficiente para o reconhecimento do interesse pessoal e directo que a lei exige. Este reconhecimento pressupõe que não há meios alternativos para o exercício de direitos e cumprimento de deveres que só o acesso à informação permite.

Ora, não é o caso. E não foram invocados direitos a exercer ou deveres a cumprir que o acesso à informação permitiria.

III - Conclusões

Em conclusão:

- a) As informações curriculares arquivadas nos processos individuais dos alunos, sujeitas a publicação, são de acesso irrestrito;
- b) As outras informações curriculares, não anteriormente publicitadas, podem ser objecto de acesso pelos pais quando o aluno for menor, porque nesta situação se lhes reconhece interesse pessoal e directo;
- c) As informações curriculares, não anteriormente publicitadas, de aluno maior de idade, não são acessíveis aos pais que, como fundamento do seu interesse pessoal e directo em aceder, invoquem exclusivamente a sua qualidade paternal;

- d) A invocação do financiamento de curso pelos pais, não é suficiente para o reconhecimento de interesse pessoal e directo destes em aceder a informação curricular, não anteriormente publicitada.

Lisboa, 8 de Julho de 1998.

João Figueiredo (Relator) – *José Magalhães - Silva Marques* – *Francisco de Brito -José Renato Gonçalves* – *Gameiro dos Santos - Branca do Amaral* – *João Labescat - Castro Martins* (Presidente)

Declaração de voto:

“Entendo que as informações curriculares que não tenham juízos de apreciação podem ser acedidas livremente por qualquer cidadão”

a) João Labescat